



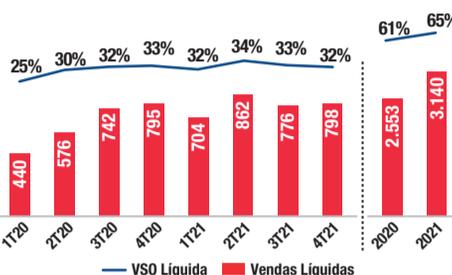
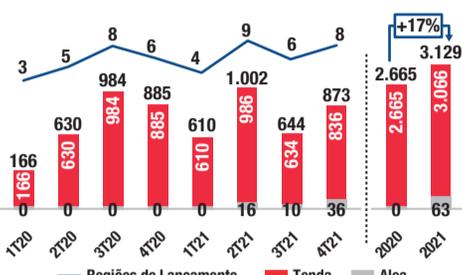
Construtora Tenda S.A.
CNPJ/MF: 71.476.527/0009-92

Relatório da Administração 2021

Mensagem da Administração: O ano de 2021 foi marcado pelo conturbado cenário político-econômico, pela continuação da pandemia, e acima de tudo, pelo forte ressurgimento de pressões inflacionárias, que em conjunto contribuíram para a formação de um ambiente bastante difícil. Mesmo neste contexto, conseguimos entregar sólidos resultados operacionais. Foram lançadas mais de 20,9 mil unidades habitacionais em 2021 que representam um VGV de R\$ 3,1 bilhões (+17% a/a), acompanhado por um aumento expressivo das vendas líquidas que atingiram o VGV R\$ 3,1 bilhões (+23% a/a) e VSO trimestral médio de 32,6%.

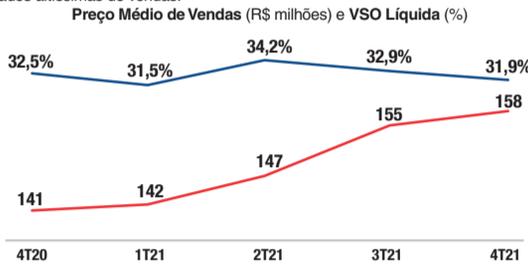
Lançamentos (VGV, R\$ milhões) e Regiões de Lançamento (Quantidade)

Vendas Líquidas (VGV, R\$ milhões) e VSO Líquida (%)



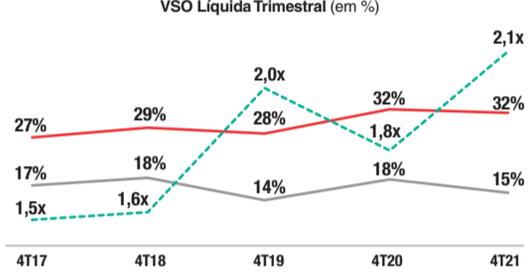
Cabe ressaltar que o desempenho recorde de vendas ocorreu ganhando preço sem perder velocidade de vendas, muito em função do cenário externo mais desafiador, que tem feito com que concorrentes se afastem do segmento de entrada da habitação popular brasileira, permitindo à Tenda a dominância deste mercado. Ao longo do ano, constatamos os efeitos negativos deste novo ambiente de negócios em nossas operações. Até setembro de 2021, havíamos identificado R\$ 182 milhões de aumento de custo de obra, em sua maior parte relacionado à inflação do custo de materiais. Em outubro e novembro, mesmo com alguma estabilização nos preços dos insumos, continuamos sentindo incrementos nos orçamentos. Isso ensejou um aprofundamento nas orçamentações em dezembro, e concluímos que precisávamos ser mais prospectivos mudando nossas estimativas acerca de três componentes, que somados a novos aumentos, contabilizaram no 4T21 um incremento de custo de R\$ 350 milhões, totalizando um aumento de R\$ 532 milhões em 2021.

Preço Médio de Vendas (R\$ milhões) e VSO Líquida (%)



Nessa nova conjuntura estamos operando no maior distanciamento de velocidade de vendas em relação aos nossos concorrentes, nos permitindo melhorar a rentabilidade, ajustando a relação preço versus velocidade de vendas. Estimamos uma melhora em regime de 300-400bps na margem bruta ajustada.

VSO Líquida Trimestral (em %)



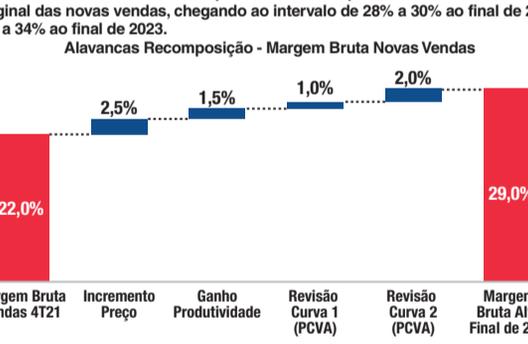
Reforçamos que estamos realizando consecutivos aumentos de preço em todos os empreendimentos. Em fevereiro de 2022, contabilizamos R\$ 162 mil de preço médio de venda, frente a R\$ 158 mil do 4T21.

Desempenho de Vendas



A segunda alavanca é neutralizar o efeito chicote da pandemia, voltando a estabilizar a operação nos patamares pré-covid. O esperado fim da disrupção causada pela pandemia e a retomada da disciplina operacional histórica da Tenda, nos permitirão estabilizar a operação, retornando a trajetória de ganhos de produtividade. Estimamos capturar entre 100bps e 200bps de margem bruta ajustada até o final de 2022. **A terceira alavanca são as revisões nos parâmetros do Programa Casa Verde Amarela ("PCVA") permitindo capturar preço sem prejudicar a velocidade de vendas.** A primeira revisão, "curva 1", já está sendo incorporada nas nossas vendas a partir do dia 25/02/2022 e estimamos uma melhora na margem bruta das novas vendas de 100bps. A segunda revisão, "curva 2", que está em discussão e possivelmente será implementada no primeiro semestre de 2022, tem potencial de melhorar mais 200bps na margem bruta ajustada das novas vendas. Essas duas revisões de parâmetros, na nossa avaliação, serão insuficientes para o Programa Casa Verde Amarela operar em plena capacidade. Por consequência, isso demandará novas revisões, mas não acreditamos que elas aconteçam em 2022 devido ao calendário político de ano eleitoral. **Nosso compromisso é recompor a cada trimestre a margem marginal das novas vendas, chegando ao intervalo de 28% a 30% ao final de 2022 e 32% a 34% ao final de 2023.**

Alavancas Recomposição - Margem Bruta Novas Vendas



Iniciamos em 2022 uma importante jornada de travessia que se estenderá até 2023, reduzindo o ritmo de expansão da marca TENDA, e priorizando a recomposição da rentabilidade e geração de caixa. Acreditamos que, após a travessia, a Tenda estará ainda mais fortalecida, aumentando seu *full potential* dentro do PCVA. Os impactos inflacionários de 2021 criaram uma disrupção muito aguda no programa. Nenhum player hoje em dia consegue operar de forma rentável nos Grupos 1 e 2, obrigando o governo a rever esses parâmetros. Essa revisão de parâmetros significará um aumento de subsídio por unidades. Como o balanço do FGTS não comporta aumentos relevantes do orçamento de subsídios, a quantidade de unidades financiadas no programa tende a diminuir. Por outro lado, uma parte relevante dos players atuais do PCVA não devem conseguir rentabilizar projetos, mesmo com a revisão esperada de parâmetros, abandonando o segmento. Assim, o "market share natural" da Tenda nesse novo contexto de PCVA tende a ser maior do que em um contexto pré-covid. Acreditamos que o efeito líquido desses dois impactos (programa menor x market share natural maior) seja positivo para a Tenda. **Enquanto acreditávamos em um *full potential* de 30 mil unidades/ano pré-pandemia, estamos trabalhando hoje em comum cenário de 40 mil unidades/ano.** A conjuntura atual não muda a nossa convicção estratégica nos planos de Alea. Realizamos importantes evoluções no negócio ao longo de 2021: conseguimos a certificação técnica do modelo construtivo ("DA-Tec"), nos habilitando em operar no crédito associativo, definimos o conceito de produto e projeto com casas térreas não geminadas em condomínio fechado que entendemos ser muito próximo da concepção ideal, lançamos um total de cinco projetos pilotos e inauguramos nossa fábrica que é uma das maiores linhas de produção de painéis de woodframe do mundo capaz de produzir 10 mil unidades habitacionais por ano. O ano de 2022, assim como 2021, permanece orientado à experimentação e aprendizados com lançamentos de novos pilotos. Almejamos acelerar o crescimento da operação em 2023 atingindo o potencial máximo de produção dessa primeira fábrica em 2026. A Tenda resalta que permanece orientada à geração de valor de longo prazo buscando construir diferenciais competitivos através da industrialização da construção civil, almejando ser a empresa que consistentemente entrega maior retorno aos seus acionistas. **Sobre a Tenda:** A Construtora Tenda S.A. (B3: TEND3) é uma das principais construtoras brasileiras focada em habitação popular. Listada no Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3, a Companhia concentra suas atividades em nove regiões metropolitanas do Brasil, atuando com foco no grupo 2 do programa federal "Casa Verde e Amarela" ("PCVA"). Com uma estratégia de crescimento sustentável, excelência em execução e sólido modelo de negócios, a Tenda tem sido capaz de entregar resultados financeiros crescentes, mantendo sua

visão de oferecer aos investidores os maiores retornos no setor de habitação. **Modelo de Negócios:** O modelo de negócios da Companhia é baseado em uma abordagem industrial da construção civil, ancorada em três pilares: produtos padronizados, coordenação entre atores e continuidade produtiva. • O foco em habitação popular permitiu à Tenda o desenvolvimento de produtos padronizados, o que permite a busca por ganhos de escala e melhoria contínua. A Companhia atua com uma única SKU nos prédios sem elevador; • A Tenda atua exclusivamente em regiões metropolitanas do Brasil, onde a formação anual de famílias garante uma demanda constante e permite à Companhia construir de forma eficiente, com o uso de formas de alumínio (o que garante maior controle dos projetos desenvolvidos) e mão de obra própria (quase todas as atividades relacionadas à estrutura dos edifícios são feitas por funcionários contratados diretamente pela Tenda); • Quebrando paradigmas da construção civil, a Tenda criou o conceito de linhas de produção (em substituição à produção em batelada), trazendo conceitos da Engenharia de Produção para a Engenharia Civil. A melhoria contínua, advinda da abordagem industrial, permite a redução do custo de construção, o que viabiliza a oferta de produtos mais acessíveis na comparação com os peers. Com preços mais baixos, a Tenda garante uma velocidade de vendas superior, o que traz um ganho de escala que retroalimenta os benefícios da abordagem industrial e permite crescimento e geração de valor. **Mercado de Atuação:** O mercado de atuação da Tenda foca em empreendimentos imobiliários que se enquadram no grupo 2 do PCVA. O Brasil tem mercado potencial significativo, de cerca de 1 milhão de moradias por ano para famílias com renda mensal de até R\$ 4.000, mas apenas uma fração disso consegue ser atendida pelo PCVA. **Produtos:** Os empreendimentos da Tenda contam com apartamentos de dois quartos e área privativa de aproximadamente 40 metros quadrados, sendo dois dormitórios, um banheiro e uma sala com cozinha americana. Na adoção do atual modelo de negócios, em 2013, a Companhia focou apenas em torres de até 5 andares (sem elevador). Em 2016, a Tenda iniciou o desenvolvimento de soluções mais verticalizadas, com o lançamento dos primeiros empreendimentos com até 11 pavimentos (e um elevador), solução que atende as regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador. Em 2021, foram lançados em São Paulo empreendimentos com mais de 12 pavimentos (e pelo menos 2 elevadores). Projetos com torres mais altas permitem acessar terrenos com melhores localizações em algumas regiões metropolitanas, o que possibilita à Tenda trabalhar um espectro maior de rendas dentro do grupo 2 do PCVA, ampliando assim seu *addressable market*. **Cenário de Mercado: Setor Imobiliário:** De acordo com informações de empresas associadas à Abreinc (Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias), o número de unidades lançadas pelo setor de construção civil em 2021 foi 22,7% superior ao do ano anterior com base em dados de janeiro a novembro. Já o total de unidades vendidas no mesmo período foi 5,1% maior, na comparação com o mesmo período do ano de 2020. 64,7% dos lançamentos e 81,4% das vendas realizadas entre novembro de 2020 e novembro de 2021 pelas empresas associadas à Abreinc correspondem a unidades comercializadas no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela. **Programa Casa Verde e Amarela (PCVA):** O Programa foi instituído pelo Governo Federal em abril de 2009 (sob o nome de Minha Casa, Minha Vida) com o intuito de reduzir o déficit habitacional por meio de financiamentos e subsídios para a construção de novas moradias. É composto por três principais modalidades: • O grupo 1 atende famílias com renda mensal de até R\$ 2.000 com unidades habitacionais contratadas pelo governo. Neste grupo, as famílias pagam um valor simbólico pela unidade (recebem subsídios de até 90% do preço da unidade). O grupo 1 é 100% subsidiado pelo Orçamento Geral da União. A Tenda não atua no grupo 1 do PCVA, em que há um importante declínio no número de novas unidades habitacionais sendo produzidas anualmente. Em 2020, após a mudança no nome do Programa, o grupo 1 perdeu representatividade. Foi decidido a destinação de verba para a conclusão das casas que ainda não haviam sido entregues, não tendo verba destinada a novas moradias. • O grupo 2 atende famílias com renda mensal de até R\$ 4.000 com subsídio máximo de R\$ 29.000,00 e taxa de juros de 5,5% a.a. a 7,0% a.a. Atualmente, 100% dos subsídios concedidos aos beneficiários do grupo 2 do PCVA são oriundos do FGTS. O FGTS também é o *funding* para os financiamentos nesse segmento. • O grupo 3 atende famílias com renda mensal de até R\$ 7.000. Trata-se de uma solução de mercado, com financiamentos oferecidos pelos bancos privados. De acordo com dados do FGTS, foram concedidos subsídios para a contratação de aproximadamente 353 mil unidades habitacionais nos grupos do PCVA, aumento de 7% com relação a 2020. Ao longo de 2020, os beneficiários do PCVA também notaram uma maior flexibilização de acesso a crédito para o financiamento das unidades habitacionais junto à instituição financeira, proporcionando assim diversas formas de se ter acesso ao imóvel novo mesmo durante a pandemia. **FGTS:** Principal fonte de recursos para os grupos do PCVA, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) concedeu R\$ 8,5 bilhões em subsídios no ano de 2021, acréscimo de 4,94% com relação ao ano anterior (R\$ 8,1 bilhões). De acordo com o Orçamento do FGTS para 2022, apresentado em novembro, o Fundo deve conceder até R\$ 8,5 bilhões em subsídios no ano. Gerido e administrado por um Conselho Curador composto por entidades representativas dos trabalhadores, dos empregadores e representantes do Governo Federal, as disponibilidades do FGTS foram utilizadas pelo Governo Federal em 2017 e 2021 como forma de aquecer a economia. **Desempenho Operacional: Lançamentos:** Em 2021, a Tenda lançou 63 empreendimentos, totalizando R\$ 3,13 bilhões em VGV, aumento de 17,4% na comparação anual. O fator mix de produtos influenciou no preço médio por unidade lançada que R\$ 149 mil (+1,6% a/a) no acumulado do ano.

	2021	2020	A/A (%)
Número de empreendimentos	63	55	14,5% ↑
VGV (R\$ milhões)	3.128,8	2.665,2	17,4% ↑
Número de unidades lançadas	20.942	18.120	16,6% ↑
Preço médio por unidade (R\$ mil)	149,4	147,1	1,6% ↑
Tamanho médio dos empreendimentos (em unidades)	332	329	0,9% ↑

VENDAS
As vendas brutas totalizaram R\$ 3,6 bilhões em 2021, crescimento de 24,1% a/a. As vendas líquidas em 2021 totalizaram R\$ 3,1 bilhões, aumento de 23,0% a/a. A velocidade sobre a oferta ("VSO Líquida") foi de 64,8% em 2021, equivalente a uma média trimestral de 32,6%, incremento de 2,4 p.p. frente aos 30,2% de 2020. Em 2021, o índice de distratos ficou em 13,4%, incremento de 0,8 p.p. em relação à 2020.

(VGV, R\$ milhões)	2021	2020	A/A (%)
Vendas Brutas	3.625,6	2.921,0	24,1% ↑
Distratos	484,8	367,5	31,9% ↑
Vendas Líquidas	3.140,8	2.553,5	23,0% ↑
% Lançamentos¹	54,8%	48,0%	6,8 p.p. ↑
% Estoque	45,2%	52,0%	(6,8 p.p.) ↓
Distratos/Vendas Brutas	13,4%	12,6%	0,8 p.p. ↑
VSO Líquida	64,8%	60,8%	4,0 p.p. ↑

1. Lançamentos do ano corrente.

Unidades Repassadas, Entregues e Obras em Andamento: O VGV repassado totalizou R\$ 2,5 bilhões em 2021, aumento de 18,9% a/a. A Tenda encerrou o ano com 94 obras em andamento, crescimento de 3,3% frente a 2020 (91 obras).

Repasses, Entregas e Andamento	2021	2020	A/A (%)
VGV Repassado (em R\$ milhões)	2.551,1	2.144,8	18,9% ↑
Unidades Repassadas	20.658	17.215	20,0% ↑
Unidades Entregues	14.879	9.246	60,9% ↑
Obras em andamento	94	91	3,3% ↑

ESTOQUE A VALOR DE MERCADO
O estoque a valor de mercado no final de 2021 totalizou R\$ 1,71 bilhão em VGV, aumento de 3,5% na comparação com o ano de 2020. O estoque pronto contabilizou R\$ 56,0 milhões representando 3,3% do total.

Estoque a Valor de Mercado	2021	2020	A/A (%)
VGV (R\$ milhões)	1.706,9	1.649,2	3,5% ↑
Número de unidades	10.917	10.878,0	0,4% ↑
Preço médio por unidade (R\$ mil)	156,4	151,6	3,1% ↑

Status de Obra	4T21	0% a 30%	30% a 70%	Mais de 70%
VGV (R\$ milhões)	1.706,9	822,2	296,3	123,1
				56,0

Banco de Terrenos: A Tenda finalizou o 4T21 com um VGV de R\$ 12,4 bilhões em VGV (+13% a/a) no seu banco de terrenos, adquirimos R\$ 970 milhões pulverizado entre as regiões e o percentual em permuta atingiu 43% (+4,8 p.p. a/a).

Banco de Terrenos¹	2021	2020	A/A (%)
Número de Empreendimentos	309	291	6,2% ↑
VGV (em R\$ milhões)	12.392,3	10.974,5	12,9% ↑
Número de unidades	78.483	73.339	7,0% ↑
Preço médio por unidade (em R\$ mil)	157,9	149,6	5,5% ↑
% Permuta Total	43,3%	38,5%	4,8 p.p. ↑
% Permuta Unidades	8,6%	8,6%	0,0 p.p.
% Permuta Financeiro	34,7%	30,0%	4,7 p.p. ↑

1. A Tenda detém 100% de participação societária de seu Banco de Terrenos.

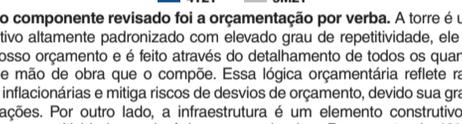
Resultados Financeiros: Receita Líquida, Lucro Bruto e Margem Bruta: Em 2021, a receita operacional líquida foi de R\$ 2,54 bilhões, +11,3% a/a. O lucro bruto ajustado atingiu R\$ 487,7 milhões apresentando uma queda de 33,6% em relação à 2020, e a margem bruta ajustada registrou nesse ano 19,2%.

(R\$ milhões)	2021	2020	A/A (%)
Receita Líquida	2.540,0	2.282,4	11,3% ↑
Lucro Bruto	451,3	710,4	(36,5%) ↓
Margem Bruta	17,8%	31,1%	(13,4 p.p.) ↓
(-) Custos Financeiros	36,4	24,2	50,4% ↑
Lucro Bruto Ajustado¹	487,7	734,6	(33,6%) ↓
Margem Bruta Ajustada	19,2%	32,2%	(13,0 p.p.) ↓

1. Ajustado por juros capitalizados.

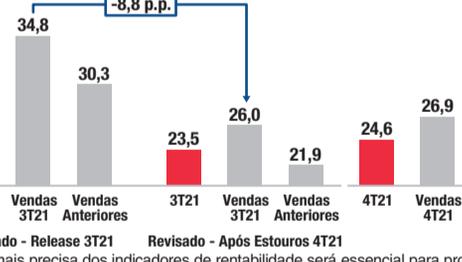
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas: As despesas com vendas totalizaram R\$ 245,8 milhões em 2021, incremento de 22,5% frente ao ano anterior, representando 6,8% das vendas brutas no ano, redução de 0,1 p.p. na comparação anual. As despesas gerais e administrativas ("G&A") corresponderam a 7,4% da receita operacional líquida em 2021, acréscimo de 0,6 p.p. a/a.

Abertura Incremento de Custo (R\$ milhões)



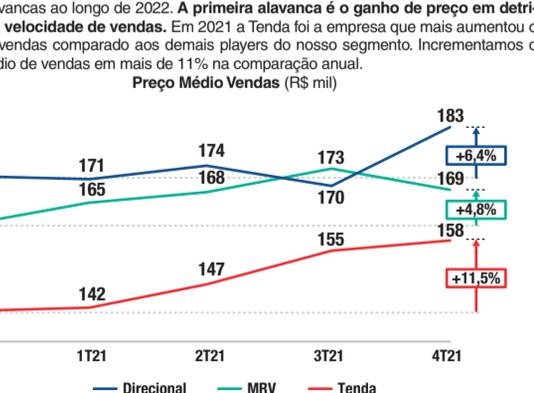
O primeiro componente revisado foi a orçamentação por verba. A torre é um elemento construtivo altamente padronizado com elevado grau de repetitividade, ele representa 60% do nosso orçamento e é feito através do detalhamento de todos os quantitativos de materiais e mão de obra que o compõe. Essa lógica orçamentária reflete rapidamente correções inflacionárias e mitiga riscos de desvios de orçamento, devido sua granularidade de informações. Por outro lado, a infraestrutura é um elemento construtivo altamente variável, sem repetitividade sendo único para cada obra. Representando 40% do nosso orçamento, contratamos fornecedores que incluem no seu pacote de serviço o material, mão de obra e maquinário necessário para realização dessa etapa. Esses serviços são orçados no início da obra, onde destinamos uma "verba", com base nas últimas contratações, impedindo a atualização mensal insumos a insumo. Em contextos de inflação controlada, a orçamentação por verba demonstrou alta assertividade. Em 2021, como os insumos sofreram recorrentes pressões inflacionárias e são únicos para cada obra, tornou-se muito difícil atualizar rapidamente esses orçamentos. **Em 2022 estamos implementando melhorias para que as novas obras passem por uma orçamentação mais detalhada da infraestrutura, segregando materiais de serviços. Também estamos realizando um trabalho mensal de atualização das perspectivas desses custos, mesmo ensejando atualizações manuais mais constantes.** O segundo componente revisado foi a inclusão de uma inflação futura em nossos orçamentos. Em contextos nos quais as cadeias de suprimentos estão estabilizadas, a inflação é controlada e conseguimos travar no início da obra o preço dos insumos. Como nosso ciclo construtivo era curto e retroalimentado com base nas últimas contratações, não experimentávamos desvios substanciais de inflação, justificando sua retirada de nossas estimativas. **Em 2021, tudo mudou.** A disparada nos preços de materiais tornou impossível travarmos para toda obra os preços dos insumos no início de sua execução, e passamos a estar sujeitos a reajustes de custo ao longo do ciclo de execução dos projetos. **A partir de 2022, todos os projetos passam a ser orçados considerando a projeção de inflação.** Para os projetos já lançados, também passamos a considerar uma inflação projetada. O terceiro componente revisado foi a nossa perda de produtividade ocasionada pelo efeito chicote da pandemia em nosso modelo de produção. A Tenda opera sob a premissa de linhas de produção perfeitamente balanceadas, muito semelhante a uma lógica fabril operando em *just-in-time*. Esse modelo é o elemento central que nos permite ser o *lowest cost provider* da nossa indústria. **Em 2021, tudo mudou.** A pandemia prolongada impactou fortemente nossa cadeia de fornecimento, tanto em preço quanto em prazo, e, diferente de outras construtoras, nosso modelo de operação *just-in-time* não conta com folgas para absorver os impactos desse efeito chicote sem perder produtividade, aumentando, por consequência, nosso custo por unidade construída. **A partir de 2022, incorporamos em nossas linhas de produção planos de ação para recuperar a produtividade perdida durante a pandemia.** O trabalho proativo do quarto trimestre nos permitiu auferir com maior precisão nossas estimativas de custo associadas aos projetos. Diante desse cenário, as margens apresentadas na Tenda Day não contavam com a totalidade dos efeitos estimados. As vendas do quarto trimestre estão com uma margem REF de 26,9%, que somados aos impostos e provisões estão entregando uma margem bruta ajustada de 22,0%.

Comparativo - Margem REF 3T21

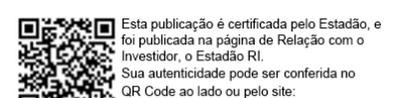


A leitura mais precisa dos indicadores de rentabilidade será essencial para promovermos os ajustes de curso necessários retomando a trajetória de criação de valor para os nossos acionistas. Para buscar os 11 p.p. de margem bruta ajustada que nos separaram do intervalo de maximização de criação de valor (32%-34%), concentraremos esforços em três importantes alavancas ao longo de 2022. **A primeira alavanca é o ganho de preço em detrimento da velocidade de vendas.** Em 2021 a Tenda foi a empresa que mais aumentou o preço de vendas comparado aos demais players do nosso segmento. Incrementamos o preço médio de vendas em mais de 11% na comparação anual.

Preço Médio Vendas (R\$ mil)



Testamos, ao longo do ano, aumentos graduativos de preço pois não conseguíamos estimar, em um contexto tão atípico, como nossa velocidade de vendas se comportaria. Esse conservadorismo em incrementar os preços de venda é explicado pela dependência que o nosso modelo de negócio tem de uma boa velocidade de vendas, dado que uma alta velocidade de vendas é condição necessária para a continuidade construtiva, que, por consequência, é a base da abordagem industrial, sendo determinante para sermos o *lowest cost provider* do segmento. Surpreendentemente, a nossa elasticidade preço: demanda, que pré-covid era de 1:15 (1% de variação de preço impactava em 15% de variação das unidades vendidas), em 2021 comportou-se de forma negativa devido ao esvaziamento da concorrência no segmento de entrada do PCVA, nos permitindo ganhar preço, mantendo ve-



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

☆ continuação

Construtora Tenda S.A. - CNPJ/MF nº 71.476.527/0009-92 - NIRE nº 35.300.348.206**Relatório da Administração 2021**

(R\$ milhões)	2021	2020	A/A (%)
Despesas com Vendas	(245,8)	(200,6)	22,5% ↑
Despesas Gerais e Administrativas (G&A)	(188,1)	(154,4)	21,8% ↑
Total de Despesas SG&A	(433,9)	(355,0)	22,2% ↑
Despesas com Vendas/Vendas Brutas	6,8%	6,9%	(0,1 p.p.) ↓
G&A/Receita Operacional Líquida	7,4%	6,8%	0,6 p.p. ↑

Outras Receitas e Despesas Operacionais: A conta de outras receitas e despesas operacionais totalizou R\$ 68,0 milhões em 2021, acréscimo de 0,4% a/a.

(R\$ milhões)	2021	2020	A/A (%)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(68,0)	(67,8)	0,4% ↑
Despesas com demandas judiciais	(57,4)	(54,9)	4,5% ↑
Outras	(10,6)	(12,8)	(17,5%) ↓
Equivalência Patrimonial	(6,8)	(0,5)	1.317% ↑
Lucro Líquido: Em 2021 a Tenda registrou um prejuízo de R\$ 191,5 milhões.			

(R\$ milhões)	2021	2020	A/A (%)
Resultado Líquido após IR & CSLL	(196,6)	199,7	(198,4%) ↓
(-) Participação Minoritários	5,1	0,6	756,3% ↑
Lucro Líquido	(191,5)	200,3	(195,6%) ↓
Margem Líquida	(7,5%)	8,8%	(16,3 p.p.) ↓

Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras:

(R\$ milhões)	Dezembro 21	Setembro 21	T/T (%)	Dezembro 20	A/A (%)
Caixa e equivalentes de caixa	87,1	56,2	55,0% ↑	69,7	24,9% ↑
Aplicações financeiras	977,9	985,6	(0,8%) ↓	1.235,7	(20,9%) ↓
Caixa Total	1.064,9	1.041,8	2,2% ↑	1.305,5	(18,4%) ↓

Endividamento: Encerramos o ano com uma dívida total de R\$ 1,397 bilhão. São 30,3 meses de duration com custo médio nominal de 11,0% a.a.

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos/Circulantes	930.772	1.163.590	2.815.936	2.758.896
Caixa e equivalentes de caixa	10	53.693	33.723	87.074
Títulos e valores mobiliários	10	473.103	821.570	977.870
Contas a receber de incorporação e serviços prestados	4	64.423	92.011	601.886
Imóveis a comercializar	5	129.474	59.442	978.540
Valores a receber de partes relacionadas	6	50.112	105.045	3.276
Depósitos judiciais	14	20.598	18.351	21.562
Demais contas a receber		139.369	33.448	145.818
Não Circulantes	1.975.743	1.722.626	1.625.561	1.477.823
Contas a receber de incorporação e serviços prestados	4	51.633	24.026	492.085
Imóveis a comercializar	5	135.456	50.424	798.667
Valores a receber de partes relacionadas	6	40.665	45.692	39.031
Depósitos judiciais	14	27.977	29.283	30.527
Imobilizado	7	139.933	103.920	202.262
Intangível	8	31.765	21.062	32.207
Investimentos em participações societárias	9	1.548.314	1.448.219	32.236
Total dos ativos	2.906.515	2.886.216	4.441.497	4.236.719

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	19	140.596	161.925	2.539.954
Custos	20	(178.659)	(137.612)	(2.088.664)
Lucro (prejuízo) bruto		(38.063)	24.313	451.290
(Despesas) receitas		20	(60.555)	(22.205)
Despesas com vendas	20	(61.131)	(49.082)	(188.112)
Despesas gerais e administrativas	9	125.809	360.715	(6.801)
Resultado de equivalência patrimonial sobre investimentos	20	(95.322)	(84.494)	(100.999)
Outras receitas (despesas), líquidas		(129.262)	229.247	(90.430)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(61.292)	(27.479)	(60.111)
Resultado financeiro		21	21.452	22.073
Receitas financeiras	21	(82.744)	(49.552)	(97.753)
Despesas financeiras	21	(190.554)	201.768	(150.541)
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		(923)	(1.451)	(46.048)
IR e CS		13	(999)	(1.481)
IR e CS - correntes	13	76	30	(1.819)
IR e CS - diferidos	13	(191.477)	200.317	(196.589)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(191.477)	200.317	(196.589)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos:		(191.477)	200.317	(196.589)
Acionistas controladores				
Acionistas não controladores				
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas		17	(1.9892)	2.0549
Lucro (Prejuízo) básico por lote de mil ações - Em Reais	17	(1.8540)	1.8988	(1.8540)
Lucro (Prejuízo) diluído por lote de mil ações - Em Reais	17	(1.8540)	1.8988	(1.8540)

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Aumento da reserva de capital					
Opções outorgadas reconhecidas					
Recuperação de ações					
Exercício "Stock Option"					
Lucro líquido do exercício					
Destinação do lucro líquido					
Constituição da reserva legal					
Dividendos mínimos obrigatórios					
Retenção de lucros					
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.095.511	35.642	(90.269)	476.746
Recuperação de ações	15.3				
Redução da reserva de capital	15.2				
Opções outorgadas reconhecidas	15.2				
Exercício Stock Option	15.3				
Compra/Venda de participação					
Aumentos de Capital					
Efeito dos Instrumentos de Hedge de Fluxo de Caixa					
Prejuízo líquido do exercício					
Destinação de lucro líquido					
Absorção de prejuízo					
Saldo em 31 de dezembro de 2021		1.095.511	6.392	(158.995)	285.269

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do IR e da CS		(190.554)	201.768	(150.541)	241.577
Ajustes em: Depreciação e amortização	7 e 8	41.194	28.143	44.553	30.059
Perda (reversão) estimada de crédito de liquidação duvidosa e provisão para distratos (líquida de custos de distratos)	4 e 5	4.230	(816)	26.535	41.490
Ajuste a valor presente	4	2.150	(305)	25.353	(2.210)
Provisão para realização de ativos não financeiros	5	(2.189)	(866)	1.655	(1.043)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(125.809)	(360.715)	6.801	480
Provisão para demandas judiciais e compromissos	14	5.657	7.427	6.768	9.506
Juros e encargos financeiros não realizados, líquidos		49.589	31.802	48.603	32.947
Provisão para garantia		18.377	2.452	16.298	21.443
Provisão para participação nos lucros	22.2	4.218	5.099	13.895	12.342
Despesas com plano de opções de ações	15.2	12.410	18.738	16.308	18.738
Arrendamento mercantil		198	5.507	198	5.485
Resultado na compra e venda de participação		(2.028)	-	(901)	-
Instrumentos financeiros derivativos	18 (a)(IV)	(14.860)	-	(14.860)	-
Outras provisões		579	(819)	2.218	(3.364)
Provisão/(reversão) Impostos diferidos(PIS/COFINS)		(9.075)	(8.546)	(3.937)	(9.705)
(Aumento) Redução em ativos operacionais		(5.580)	(6.239)	(249.128)	(324.089)
Contas a receber de incorporação e serviços prestados		(175.483)	2.687	(183.008)	(138.970)
Imóveis a comercializar e terrenos destinados à venda		(97.452)	(8.493)	(47.396)	(29.161)
Demais contas a receber					
Aumento (Redução) em passivos operacionais		34.642	52	72.692	(776)
Fornecedores de materiais e serviços		(208)	(3.214)	(17.590)	(2.381)
Impostos e contribuições		(21.435)	(1.897)	(19.558)	(5.681)
Salários, encargos sociais e participações		178.431	(3.069)	250.310	212.562
Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes					

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas: Incorporação e venda de imóveis		133.855	151.459	2.618.309	2.358.942
Reversão (constituição) de perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa e provisão de distratos		(3.411)	2.339	(41.600)	(39.645)
Insunhos adquiridos de terceiros		130.444	153.798	2.576.709	2.319.297
Custos operacionais - incorporação e venda de imóveis		(168.459)	(129.797)	(2.040.690)	(1.540.204)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(148.341)	(95.168)	(222.624)	(157.870)
Valor adicionado bruto		(316.800)	(224.965)	(2.263.314)	(1.698.074)
Retenções		(186.356)	(71.167)	313.395	621.223
Depreciação e amortização	7 e 8	(41.193)	(28.143)	(44.552)	(30.059)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		(227.549)	(99.310)	268.843	591.164
Valor adicionado recebido em transferência		9	125.809	360.715	(6.801)
Resultado de equivalência patrimonial	9	22.485	23.146	39.347	34.107
Receitas financeiras		148.294	383.861	32.546	33.627

As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras

(R\$ milhões)	2021	2020	T/T (%)
Variação do Caixa Disponível	(240,5)	235,0	(202,3%) ↓
(-) Variação da Dívida Bruta	239,6	286,7	(16,4%) ↓
(+) Distribuição de Capital	112,4	53,9	108,7% ↑
Geração de Caixa¹	(367,8)	2,2	(16,962%) ↓
Geração de Caixa Operacional²	(265,1)	70,0	(478,8%) ↓

1. A Geração de Caixa é obtida através da diferença entre a variação do Caixa Disponível e a variação da Dívida Bruta, ajustada a valores de Recomprou, Dividendos, Redução de Capital e efeitos não operacionais. 2. A Geração de Caixa Operacional é resultado de um cálculo gerencial interno da companhia que não reflete ou compara-se aos números presentes nas demonstrações financeiras. **Governança Corporativa:** Com capital difuso e free float superior a 90%, a Tenda almeja posição de excelência em Governança Corporativa. Ao longo de 2020, a Companhia formalizou políticas recomendadas pelo Código Brasileiro de Governança, tais como a Política de Indicação dos Administradores.

Conselho de Administração: O Conselho de Administração da Tenda é o órgão responsável pela tomada de decisões e formulação de diretrizes e políticas gerais referentes aos negócios da Companhia, incluindo suas estratégias de longo prazo. Além disso, o Conselho também nomeia os diretores executivos e supervisiona suas atividades. O Conselho de Administração é composto por no mínimo cinco e no máximo sete membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de até dois anos, sendo permitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração indicam, dentre aqueles eleitos pela Assembleia Geral, o que exercerá a função de Presidente do Conselho de Administração. **Diretoria Executiva:** A Diretoria é o órgão da Companhia responsável, principalmente, pela administração e pelo monitoramento diário das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pela Assembleia Geral dos acionistas e pelo Conselho de Administração. A Diretoria da Tenda deve ser composta por no mínimo dois e no máximo vinte membros, incluindo o Presidente, o Diretor Financeiro e o Diretor de Relações com Investidores, eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de até três anos, passível de reeleição, conforme disposto no Estatuto Social. No atual mandato, quinze membros compõem a Diretoria.

Balço Patrimonial	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Passivos e patrimônio líquido/Circulantes	600.380	757.526	1.280.806	1.216.366
Empréstimos e financiamentos	10	74.956	168.583	207.127
Debêntures	10	137.727	424.051	137.727
Arrendamento mercantil direito de uso	11	8.385	5.614	8.385
Fornecedores de materiais e serviços		40.896	6.254	110.842
Impostos e contribuições		4.503	4.188	32.591
Salários, encargos sociais e participações		11.736	14.636	68.478
Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes	12	92.191	2.160	554.292
Provisões e distratos a pagar		3.982	3.058	7.738
Valores a pagar para partes relacionadas	6	139.005	48.404	25.654
Provisão para perda de investimentos	9	8.300	15.942	5.956
Dividendos a pagar	15.4	122	17.177	122
Demais contas a pagar		39.235	12.662	78.795
Provisões para demandas judiciais	14	39.342	34.797	43.099
Não circulantes	1.102.722	611.060	1.948.063	1.502.232
Empréstimos e financiamentos	10	113.613	134.049	195.675
Debêntures	10	856.228	398.525	856.228
Arrendamento mercantil direito de uso	11	34.209	36.116	34.209
Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes	12	66.611	-	801.231
Provisão para demandas judiciais	14	30.885	29.773	33.756

☆ continuação

Construtora Tenda S.A. - CNPJ/MF: 71.476.527/0009-92 - NIRE 35.300.348.206

Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto Operacional: As operações da Construtora Tenda S.A. ("Companhia" ou "Tenda") e de suas investidas ("Grupo") compreendem a execução de obras de construção civil; a incorporação de imóveis; a compra e venda de imóveis; a prestação de serviços de administração de construção civil; a intermediação da comercialização de quotas de consórcio; e a participação em outras sociedades. As sociedades controladas compartilham, de forma significativa, das estruturas gerenciais, operacionais e dos custos corporativos da Companhia. As SPEs têm atuação exclusiva no setor imobiliário e estão vinculadas a empreendimentos específicos. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Rua Boa Vista, 280, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e registrada na Bolsa de Valores de São Paulo - B3 (antiga BM&FBOVESPA) com o código de negociação "TEND3".

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referendados pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e conforme as normas internacionais de relatório financeiro, IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), contemplando a orientação contida no Ofício Circular/CVM/SNC/SEP 02/2018 sobre aplicação CPC 47 (IFRS15) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil com referência aos aspectos de transferência de controle na venda de unidades imobiliárias. 2.2 Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios considerando o custo histórico como base de valor, passivos e ativos a valor presente ou valor realizável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração avalia a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras anuais. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras anuais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Aprovação das demonstrações financeiras: Em 10 de março de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação. 2.4 Resumo das Principais práticas contábeis: 2.4.1 Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras individuais da controladora, de suas controladas diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia (Nota 9). 2.4.2 Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real brasileiro (BRL). 2.4.3 Principais Julgamentos contábeis e fontes de incertezas: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Todas as estimativas e as premissas contábeis utilizadas pela Companhia estão de acordo com os CPCs e são as melhores estimativas disponíveis. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo que resultaram em um ajuste material no exercício ao final de 31 de dezembro de 2021 estão incluídas abaixo: a) **Perdas estimadas com créditos de clientes e provisão para distratos:** A Companhia revisa periodicamente suas premissas para constituição da perda de créditos esperadas e distratos, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas. O julgamento feito com base na perda histórica e esperada pode divergir do valor que será realizado, face às características singulares de cada cliente. Na nota 2.4.6.3 está descrita a forma desses cálculos. b) **Provisões para demandas judiciais:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis (Nota 14). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. c) **Custo orçado dos empreendimentos:** Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o reconhecimento da receita, conforme mencionado na nota 2.4.4.(b.ii). Em razão de efeitos no cenário econômico verificados ao longo do exercício de 2021, substancialmente, decorrentes de desestabilização da cadeia de suprimentos global e consequente aumento recorrente de preços de materiais e serviços que afetam de forma direta e indireta os negócios da Companhia (aço, alumínio, cimento, mão de obra, energia elétrica, dentre outros), a Administração revisou tais premissas nos orçamentos de custos orçados a incorrer ao longo do exercício. Essas alterações nas estimativas contábeis decorreram de novas informações e maior experiência obtidas durante o exercício ou inovações e envolveram julgamentos baseados nas últimas informações disponíveis. 2.4.4 Reconhecimento de receitas, custos e despesas. a) **Processo para reconhecimento da receita:** No processo de reconhecimento da receita de contratos com clientes foram adotados os preceitos introduzidos pelo CPC 47 contemplando as orientações do Ofício CVM/SNC/SEP 02/2018, onde a transferência do controle do bem ou serviço contratado poderá ser evidenciada em um momento específico do tempo ("at a point in time") ou ao longo do tempo ("over time"). Para definição da forma de apropriação da receita, é preciso verificar o cumprimento das obrigações de performance. Tal verificação se dá em cinco etapas: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. Nessa avaliação, o modelo de negócios da Companhia em sua totalidade refere-se às vendas integralmente repassadas para instituição financeira, nos empreendimentos em construção e também nos concluídos. No momento da assinatura do contrato de financiamento bancário, a titularidade é transferida para a instituição financeira, não cabendo mais à incorporadora qualquer risco de recebimento e/ou controle do ativo. Portanto, nesse momento se dá o cumprimento da obrigação de performance para o empreendimento. Abaixo fluxo financeiro do contrato: i) 10 a 20% pagos diretos para incorporadora; e ii) 80 a 90% para instituição financeira. Na tabela abaixo, resumo do contrato celebrado na modalidade "financiamento na planta e concluídos", partes envolvidas, garantias e riscos existentes:

Contrato	Partes	Garantia Real do Imóvel	Risco de Crédito	Risco de Mercado	Risco de Distrato
Financiamento Bancário	Incorporadora (Vendedora); Comprador e Instituição financeira (Credora fiduciária)	Instituição financeira (IF)	10 a 20% da Incorporadora e 80 a 90% da Instituição financeira	Comprador e Instituição financeira	Não aplicável.

* Em caso de inadimplemento, pelo cliente, a IF poderá consolidar a propriedade em seu nome para posterior alienação do imóvel a terceiros, conforme procedimentos previstos no art. 27 da Lei 9.514/97. O valor arrecadado terá como objetivo principal a quitação do saldo devedor do cliente.

(b) **Aparação do resultado de incorporação e venda de imóveis:** i) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência do controle desses bens, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. ii) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: • As receitas de vendas são apropriadas ao resultado quando houver a transferência contínua do controle para instituição financeira ou cliente ("over timer"), utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos; Nos casos que durante o período de aprovação do cliente junto à entidade financiadora se houver indícios que o cliente não cumprirá com sua parte contratual é realizada a provisão para distrato do seu valor integral. • Os montantes das receitas de vendas reconhecidas que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes"; • A variação monetária, incidente sobre o saldo de contas a receber até a entrega das chaves, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "pro rata temporis". • O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque (Nota 2.4.7); • Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção; • Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita auferida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita; • Provisão para garantia é constituída para cobrir gastos com reparos em empreendimentos, o cálculo baseia-se em estimativa que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura, exceto para controladas que operam com empresas terceirizadas, que são as próprias garantidoras dos serviços de construção prestados. O prazo de garantia oferecido é de cinco anos a partir da entrega do empreendimento. • Os gastos com corretagem são registrados no resultado na rubrica "Despesas com vendas" observando-se o mesmo critério adotado para o reconhecimento das receitas das unidades vendidas. Encargos relacionados com a comissão de venda pertencente ao adquirente do imóvel, não constituem receita ou despesa da Companhia. 2.4.5 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários compromissados, denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias, e para os quais não existem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, onde sua variação tanto positiva como negativa afeta a demonstração de resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de curto prazo. Os títulos e valores mobiliários incluem certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, fundos de investimentos exclusivos e caucões, os quais são classificados a valor justo por meio de resultado ou custo amortizado (Nota 10). 2.4.6 Contas a receber de incorporação e serviços prestados: 2.4.6.1 Contas a receber de imóveis, terrenos e serviços prestados: São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base no cronograma de vencimento das parcelas dos contratos. As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), após a data de entrega das chaves das unidades concluídas. 2.4.6.2 Ajuste a valor presente: O ajuste a valor presente é calculado entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para entrega das chaves do imóvel ao promitente comprador, utilizando uma taxa de desconto representada pela taxa média dos financiamentos obtidos pela Companhia, líquida do efeito inflacionário ou NTN-B sendo das duas a maior. A reversão do ajuste a valor presente, (considerando-se que parte importante do contexto operacional da Companhia é a de financiar os seus clientes), foi realizada, tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária, de forma consistente com os juros incorridos sobre a parcela do saldo de contas a receber. 2.4.6.3 Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão de distratos: A Companhia constitui perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e provisão de distratos para os clientes que tenham parcelas vencidas e a vencer, conforme premissas definidas pela Companhia para as perdas incorridas e esperadas. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado (Nota 2.4.4). Na constituição das perdas estimadas é utilizada uma matriz baseada na perda histórica e esperada, ou ajustada com bases em dados observáveis atuais para refletir as condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Essa perda é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado. A Companhia avalia o risco de toda sua carteira de clientes, afim de determinar quais os níveis de risco contidos. A Companhia constitui provisão para distratos para os clientes que apresentem intenções de formalização de distratos, ou estão com risco significativo de não pagamento. 2.4.7 Imóveis a comercializar: (i) Terrenos para futuras incorporações: A Companhia e suas controladas adquirem terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente ou por intermédio de permuta. Os terrenos adquiridos por intermédio de operações de permuta são registrados ao valor realizável "valor justo" das unidades a serem entregues e a receita e o custo são reconhecidos seguindo os critérios descritos na Nota 2.4.4. A classificação de terrenos entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo do lançamento dos empreendimentos imobiliários que é revisada periodicamente. (ii) Imóveis em construção: Os imóveis são demonstrados ao custo de construção, e reduzidos por provisão quando tal valor exceder seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo incorrido compreende os gastos com construção (materiais, mão de obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados), os custos de legalização do terreno e empreendimento, os custos com terrenos e os encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção. Os encargos financeiros relativos aos recursos utilizados na construção dos empreendimentos imobiliários, são capitalizados. Portanto, inclui-se a correção monetária desses itens quando houver. Os encargos de empréstimos captados pela controladora vinculados a projetos de suas controladas são capitalizados na rubrica de investimento (Nota 9) e sua realização (apropriação ao resultado) é incluída no custo dos imóveis vendido no consolidado. 2.4.8 Instrumentos financeiros: Abaixo quadro com as principais práticas contábeis aplicadas para:

Ativos e passivos financeiros não derivativos:	
Reconhecimento	Os empréstimos, recebíveis e instrumentos de dívida são inicialmente reconhecidos na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento	Ativo Financeiro: Ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Passivo Financeiro: Ocorre quando sua obrigação contratual é retirada (por pagamento ou contratualmente), cancelada ou expirada.
Compensação	Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos Financeiros não derivativos	
Classificação e Mensuração	Custo Amortizado: Mantido para o recebimento dos Fluxos de caixas contratuais até o final da obra e tão somente do recebimento de principal e juros em datas específicas, para mensuração é utilizado o método da taxa efetiva de juros. Valor justo: Quando o objetivo é permitir a gestão imediata do seu "caixa", de forma a ter a liberdade para venda ou não de seu ativo. Esses ativos são mantidos para receber fluxos de caixa contratuais e vender.
Impairment	Avaliação feita para todos ativos financeiros classificado como custo amortizado. Mensurado como a diferença entre o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros e seu valor contábil, sendo sua diferença reconhecida no resultado do exercício.

Passivos Financeiros não derivativos	
Classificação e Mensuração	Valor Justo: São mensurados por meio do resultado quando do reconhecimento inicial e de forma irrevogável eliminarem ou reduzirem diferenças entre ganhos e perdas dos descasamentos que ocorreria na mensuração de ativos e passivos. Custo Amortizado: São classificados e mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação do derivativo, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Os derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo durante o exercício são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item objeto de hedge afetar o mesmo.

2.4.9 Investimentos em participações societárias: Os investimentos nas participações societárias são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial. Quando a participação da Companhia nas perdas das investidas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual na rubrica "Provisão para perda com investimentos", uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome dessas sociedades. Para isso, a Companhia constitui provisão no montante considerado adequado para suprir as obrigações da investida (Nota 9). 2.4.10 Imobilizado e intangível: Os imobilizados e intangíveis são registrados ao custo de aquisição, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. Um item de imobilizado ou intangível é baixado quando vendido ou se nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. As depreciações/amortizações são calculadas com base no método linear, tomando-se a vida útil estimada dos ativos (Nota 7 e 8). A Companhia avalia, ao fim de cada período, o valor recuperável de seus imobilizados e intangíveis e se houver indicação de perdas são reconhecidas no resultado do exercício. 2.4.11 Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes por permuta: As obrigações na aquisição de imóveis são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), líquido do ajuste a valor presente. As obrigações relacionadas com as operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias são demonstradas ao valor justo das unidades a serem entregues. 2.4.12 Impostos Correntes: A Companhia e suas controladas apuram seus principais impostos, conforme detalhado a seguir:

Tributo	Lucro Real	Lucro Presumido	Regime Especial de Tributação
Imposto de Renda	Alíquotas de 15% mais 10% pelo excedente de 240 mil.	Razão de 8% sobre as receitas brutas, dessa base aplicando-se as alíquotas de 15% e adicional de 10%.	Alíquota 1,26% sobre os recebimentos das vendas
Contribuição Social	Alíquota de 9%.	Razão de 12% sobre as receitas brutas, e dessa base aplica-se a alíquota de 9%.	Alíquota 0,66% sobre os recebimentos das vendas
PIS Sobre a receita operacional bruta.	Base Receita bruta menos créditos(*) 1,65%	0,65%	Alíquota 0,37% sobre os recebimentos das vendas
COFINS Sobre a receita operacional bruta.	Base Receita bruta menos créditos (*)7,6%	3%	Alíquota 1,71% sobre os recebimentos das vendas

* Créditos apurados com base em alguns custos e despesas incorridas.

2.4.13 Impostos Diferidos: O imposto diferido é reconhecido com relação: a) Às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos registrados para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação; e b) Os prejuízos fiscais, cujo reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que possibilitem a sua utilização total ou parcial, mediante a constituição de um ativo. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. 2.4.14 Plano de opção de compra de ações: A Companhia oferece aos empregados e administradores, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, dois planos de remunerações com base em ações ("stock options" e "stock grant"), segundo o qual recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções é estabelecido na data da outorga, sendo que o mesmo é reconhecido como despesa no resultado do exercício (em contrapartida ao patrimônio líquido), à medida que os serviços são prestados pelos empregados e administradores. Em uma transação liquidada, para os títulos patrimoniais em que o plano é modificado, uma despesa mínima é reconhecida e corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total das opções outorgadas, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação. Em caso de cancelamento de um plano de opção de compra de ações, o mesmo é tratado como se tivesse sido outorgado na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano, é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e o mesmo é designado um plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme mencionado anteriormente. A Companhia revisa, anualmente, suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. 2.4.15 Provisões e Perdas: As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido. As provisões constituídas referem-se principalmente a: (i) **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais cuja expectativa de perda é provável. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. (ii) **Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Anualmente e quando evidências de perda de valor recuperável dos ativos são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, pela comparação com o valor de realização mensurado por meio de fluxos de caixa descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado do capital da Companhia. 2.4.16 Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos é efetuada pela Administração e se estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. 2.4.17 Lucro por ação básico e diluído: O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado da mesma maneira que o básico, porém acrescido pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias. 2.4.18 Ações em Tesouraria: Ações em tesouraria são reconhecidas ao valor de compra mais custos atribuídos e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia, sendo o resultado da operação reconhecido na conta de reserva de lucros. 2.5 Demonstrações do valor adicionado ("DVA"): Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação complementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas Emitidas: a. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no exercício corrente: A Companhia e suas controladas adotaram as normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:

Novas Normas, alterações e interpretações	Vigência a partir de
IAS 8 (CPC 23) Definição de materialidade	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 (CPC 06) Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento	1º de janeiro de 2021
CPC 40 e CPC 48 Reforma da Taxa de Juros de Referência	1º de janeiro de 2021
b. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas:	
Novas Normas, alterações e interpretações	Vigência a partir de
IAS 37 (CPC 25) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (a)	1º de janeiro de 2022
IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros (b)	1º de janeiro de 2022
IAS 1 (CPC 26) Apresentação das demonstrações contábeis (c)	1º de janeiro de 2023
(a) IAS 37 (CPC 25) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: Em maio de 2020, o International Accounting Standards Board (IASB) publicou "Contratos Onerosos - Custo de Contrato", que altera às Provisões IAS 37, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As alterações especificam quais custos uma entidade inclui na determinação do custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. (b) IFRS 9 (CPC 48) Instrumentos Financeiros: Em maio de 2020, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma emenda à IFRS 9 instrumentos financeiros. A alteração esclarece as taxas uma empresa pode incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. (c) IAS 1 (CPC 26) Apresentação das Demonstrações Contábeis: Em janeiro de 2020, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu alterações à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras, para esclarecer seus requisitos para a apresentação de passivos na demonstração da posição financeira. As alterações são efetivas a partir de exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.	

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Clientes de incorporação e venda de imóveis	140.060	137.721	1.313.902	1.058.573
(-) Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(56.252)	(51.465)	(198.854)	(174.388)
(-) Provisão para distratos	(3.231)	(4.607)	(46.328)	(29.194)
(-) Ajuste a valor presente	(2.848)	(698)	(30.534)	(5.181)
Contas a receber de terrenos e outras contas a receber	38.327	35.086	55.785	61.986
	116.056	116.037	1.093.971	911.796
Circulante	64.423	92.011	601.886	562.971
Não circulante	51.633	24.026	492.085	348.825

continua ☆



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>

☆ continuação **Construtora Tenda S.A. - CNPJ/MF: 71.476.527/0009-92 - NIRE 35.300.348.206**
Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

As parcelas do circulante e não circulante têm vencimento nos seguintes exercícios sociais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vencimento				
Vencidas				
Até 90 dias	1.616	801	9.329	14.869
De 91 a 180 dias	741	2.734	14.083	8.381
Acima de 180 dias (a)	24.504	44.388	40.698	61.577
Subtotal - Vencidas	26.861	47.923	64.110	84.827
A vencer				
2021	-	94.929	-	622.502
2022	65.037	13.306	406.612	300.539
2023	42.993	6.300	454.771	42.934
2024	26.124	4.250	131.449	32.438
2025	6.054	6.099	48.533	37.319
2026 em diante	11.318	-	264.212	-
Subtotal - A vencer	151.526	124.884	1.305.577	1.035.732
(-) Ajuste a valor presente (b)	(2.848)	(698)	(30.534)	(5.181)
(-) Perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa e distratos	(59.483)	(56.072)	(245.182)	(203.582)
	116.056	116.037	1.093.971	911.796

(a) Do montante vencido acima de 180 dias, valores em processo de repasse junto as instituições financeiras somam R\$15.223 na Controladora e R\$30.898 no consolidado (R\$24.867 na controladora e R\$33.513 no consolidado em 31 de dezembro de 2020).
 (b) A taxa de desconto praticada pela Companhia e suas controladas foi de 2,46% a.a. (taxa média de captação menos INCC) para o exercício de 31 de dezembro de 2021 (0,96% a.a em 2020). Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a movimentação nas provisões para créditos de liquidação duvidosa e distratos está sumarizada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	receber PECLD	Contas a receber provisão distrato	Imóveis a comercializar (Nota 5)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(50.006)	(8.405)	4.482	(53.929)
Adições (a)	(8.869)	(1.841)	3.633	(7.077)
Reversões	4.027	5.639	(5.156)	4.510
Baixa	3.383	-	-	3.383
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(51.465)	(4.607)	2.959	(53.113)
Adições	(9.414)	(15.643)	2.354	(22.703)
Reversão	1.595	17.019	(3.173)	15.441
Baixa	3.032	-	-	3.032
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(56.252)	(3.231)	2.140	(57.343)

	Controladora		Consolidado	
	receber PECLD	Contas a receber provisão distrato	Imóveis a comercializar (Nota 5)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(118.213)	(45.724)	20.851	(143.086)
Adições (a)	(108.677)	(9.764)	26.222	(92.219)
Reversões	23.265	26.294	(28.067)	21.492
Baixa	29.237	-	-	29.237
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(174.388)	(29.194)	19.006	(184.576)
Adições	(89.833)	(80.619)	35.953	(134.499)
Reversão	11.633	63.485	(20.888)	54.230
Baixa	53.734	-	-	53.734
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(198.854)	(46.328)	34.071	(211.111)

5. Imóveis a Comercializar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Matéria-Prima	-	-	13.243	564
Terrenos	260.808	63.566	1.556.583	1.336.134
Terrenos mantidos para venda	13.906	16.273	16.643	17.594
Imóveis em construção	16.820	19.572	280.444	320.909
Custo de imóveis no reconhecimento da provisão para distratos - Nota 4	2.140	2.959	34.071	19.006
Unidades concluídas	8.885	12.742	27.037	20.353
(-) Ajuste a valor presente na compra de terrenos	(34.579)	(7)	(142.418)	(54.806)
(-) Redução ao valor líquido de imóveis a comercializar	(259)	(1.450)	(680)	(1.826)
(-) Redução ao valor líquido de terrenos mantidos para venda	(2.791)	(3.789)	(7.806)	(5.005)
	264.930	109.866	1.777.117	1.652.923
Circulante	129.474	59.442	978.450	777.719
Não circulante	135.456	50.424	798.667	875.204

O saldo de encargos financeiros capitalizados em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$11.188 (R\$4.394 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e R\$66.546 (R\$44.123 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado. E apropriado ao resultado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$1.079 (R\$ 1.986 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e R\$36.410 (R\$24.202 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

6. Partes Relacionadas: 6.1 Saldos com partes relacionadas: Os saldos com partes relacionadas, ativos e passivos são de:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Controladas				
Partes relacionadas conta corrente	50.061	105.045	3.225	-
Mútuo a receber (Nota 6.2)	1.634	7.648	-	-
Total Controladas	51.695	112.693	3.225	-
Controladas em conjunto - "Joint venture"				
Partes relacionadas conta corrente	51	-	51	3.452
Mútuo a receber (Nota 6.2)	39.031	38.044	39.031	38.044
Total	90.082	38.044	39.082	41.496
Total do ativo	90.777	150.737	42.307	41.496
Circulante	50.112	105.045	3.276	3.452
Não circulante	40.665	45.692	39.031	38.044

9. Investimentos em Participações Societárias: Composição e movimentação de investimentos e passivos a descoberto em 31 de dezembro de 2021:

	Controladas		Controlado		Patrimônio		Lucro		Percentual de part.	Saldo inicial	Redução de capital	Liquidação de Investimento	Dividendos	Ganho na redução de participação/Atualização		Saldo do investimento	Passivo a descoberto
	circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Líquido e afac	Receita Líquida	do exercício	patrimonial						patrimonial			
TENDA NEG. IMOB. S/A	1.980.216	1.074.138	813.721	832.848	1.407.785	-	158.843	100%	1.326.739	-	-	(116.653)	1.135	150.568	1.361.789	-	
Alea S.A (a)	33.514	52.792	12.236	2.905	71.166	-	(47.336)	90%	(3.316)	108.865	-	-	1.159	(42.601)	64.107	-	
TENDA 46 SPE EMP IMOB LTD	66.925	1.332	19.576	11.646	37.036	-	13.799	100%	30.088	-	-	(10.299)	-	13.801	33.590	-	
FIT SPE 02 EMP. IMOB.	21.439	5.653	4.384	-	22.709	-	1.310	100%	23.450	-	-	(2.363)	-	1.311	22.398	-	
VIVA BARRA FUNDA SPE EMP	14.122	15.872	23.105	120	6.769	-	5.187	100%	1.583	-	-	(1.232)	-	5.186	5.537	-	
Outros	20.595	25.946	16.338	2.045	28.159	-	4.371	De 50% a 100%	13.901	(2)	8.149	(2.232)	(1.167)	4.741	25.752	(2.362)	
Juros Capitalizados	-	-	-	-	-	-	3.301	-	3.301	-	-	-	-	(396)	2.905	-	
Total Controladas	2.136.811	1.175.733	889.360	849.564	1.573.624	-	136.174	1.395.746	108.863	8.149	(132.779)	1.127	132.610	1.516.078	(2.362)		
Controlado	9.742	10.912	5	-	20.649	-	749	55%	9.950	-	-	-	-	464	10.414	-	
FIT 13 SPE EMP. IMOB.	10.095	8.485	12	-	18.568	(37)	(32)	55%	9.195	-	-	(124)	(25)	9.046	-		
CIPESA PROJETO 02	8.539	-	51	18.676	(10.187)	-	(263)	55%	(5.458)	-	-	-	(145)	-	(5.603)		
FIT CAMPOLIM SPE	51.792	4.742	12.901	11.617	32.016	(5.301)	(1.802)	50%	22.844	(4.351)	-	-	1.025	(7.095)	12.776	(353)	
Outros	80.168	24.139	12.969	30.293	61.046	(5.338)	(1.348)	-	36.531	-	-	-	901	(6.801)	32.236	(5.956)	
Total Controlado	2.216.978	1.199.872	902.329	879.856	1.634.670	(5.338)	134.826	1.432.277	104.512	8.149	(132.779)	2.028	125.809	1.548.314	(8.318)		

a) O acionista minoritário possui opção de liquidez da sua participação condicionada a métricas de resultados futuros que, conforme estimativa da Administração não produziram impactos nas demonstrações financeiras.

Composição e movimentação de investimentos e passivos a descoberto em 31 de dezembro de 2020:

	Controladas		Controlado		Patrimônio		Lucro		Percentual de part.	Saldo inicial	Redução de capital	Liquidação de Investimento	Dividendos	Ganho na redução de participação/Atualização		Saldo do investimento	Passivo a descoberto
	circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Líquido e afac	Receita Líquida	do exercício	patrimonial						patrimonial			
TENDA NEG. IMOB. S/A	1.823.459	882.094	528.872	849.942	1.326.739	-	332.347	100%	994.392	-	-	-	332.347	1.326.739	-		
TENDA 46 SPE EMP. IMOB LTD	42.530	19.570	13.208	18.802	30.090	-	27.412	100%	11.897	-	-	(9.219)	27.412	30.090	-		
FIT SPE 02 EMP. IMOB.	26.154	1.294	3.702	-	23.450	-	8.640	100%	16.464	-	-	(1.654)	8.640	23.450	-		
FIT BILD 09 SPE	1.645	-	465	7.694	(7.753)	-	(1.064)	75%	(5.326)	-	-	-	(798)	-	(6.124)		
Outros	78.262	3.293	40.472	19.283	21.797	-	(5.974)	De 50% a 100%	40.901	(8.906)	(8.070)	(5.636)	22.650	(4.360)			
Juros Capitalizados	-	-	-	-	-	-	4.071	-	4.071	-	-	-	(770)	3.301	-		
Total Controladas	1.972.050	906.251	586.719	895.721	1.394.323	-	361.361	1.062.399	(8.906)	(18.943)	361.195	1.406.230	(10.484)				
Controlado	16.248	3.653	1	-	19.900	-	121	50%	9.889	-	-	-	63	9.952	-		
FIT 13 SPE EMP. IMOB.	18.225	376	164	48	18.389	(48)	(166)	50%	9.164	124	-	-	(93)	9.195	-		
CIPESA PROJETO 02	21.202	2.397	3.878	2.555	17.167	(3.159)	(1.057)	50%	9.108	-	-	-	(525)	8.583	-		
SPE FRANERE GAFISA 08 EMP. IMOB. LTDA.	21.248	-	1.718	7.319	12.215	(372)	663	55%	6.352	-	-	-	375	6.727	-		
ACEDIO SPE	9.660	24	196	284	9.204	(241)	(77)	55%	5.104	-	-	-	(42)	5.062	-		
FIT JARDIM BOTANICO SPE	8.716	-	81	18.558	(9.923)	-	399	55%	(5.678)	-	-	-	220	-	(5.458)		
FIT CAMPOLIM SPE	12.583	100	6.836	903	4.943	868	(951)	50%	2.949	-	-	-	(478)	2.470	-		
Outros	107.882	6.550	12.874	29.667	71.895	(2.952)	(1.068)	-	36.888	124	-	-	(480)	41.989	(5.458)		
Total Controlado	2.079.932	912.801	599.593	925.388	1.466.218	(2.952)	360.293	1.099.287	(8.782)	(18.943)	360.715	1.448.219	(15.942)				

10. Empréstimos, Debêntures e Financiamentos, Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários:

a) Dívida líquida e gestão do capital social:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos (c)	188.569	302.632	402.802	334.541
Debêntures (c)	993.955	822.576	993.955	822.576
Total dívidas	1.182.524	1.125.208	1.396.757	1.157.117
(-) Caixa e equivalente de caixa (b)	53.693	33.723	87.074	69.735
(-) Títulos e valores mobiliários (b)	473.103	821.570	977.870	1.235.719
Dívida Líquida	655.728	269.915	331.813	(148.337)
Patrimônio líquido	1.203.413	1.517.630	1.212.628	1.518.121
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.8			

☆ continuação

As parcelas circulares e não circulares têm os seguintes vencimentos:

Vencimento	Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	–	592.634	–	599.666
2022	212.683	202.685	344.854	218.397
2023	242.827	201.141	324.889	210.306
2024	233.717	128.748	233.717	128.748
2025	140.250	–	140.250	–
2026 em diante	353.047	–	353.047	–
	1.182.524	1.125.208	1.396.757	1.157.117

(i) Resumo das debêntures emitidas:

Emissão	Data	Valor	A pagar principal	A pagar juros	Pagamento principal	Pagamento juros	Covenants	
							(índice de alavancagem líquida (total da dívida financeira menos SFHH))	(índice de alavancagem líquida (total da dívida financeira menos SFHH))
					33,30% 09/2021	Semestral	(<15%)	Cálculo: 11,33%
4ª Emissão	10/09/2018	150.000	100.000	2.739	33,30% 09/2022			
					50% 03/2023	Semestral	(<15%)	Cálculo: 11,33%
5ª Emissão	02/04/2019	150.000	150.000	3.429	50% 03/2024			
					25% 12/2021	Semestral	(<15%)	Cálculo: 11,33%
					25% 12/2022			
					25% 12/2023			
6ª Emissão	05/12/2019	200.000	150.000	1.115	25% 12/2024			
					33,30% 02/2024	Semestral	(<15%)	Cálculo: 11,33%
					33,30% 02/2025			
7ª Emissão	05/03/2021	200.000	200.000	6.336	33,30% 02/2026			
					33,30% 04/2026	Semestral	(<15%)	Cálculo: 11,33%
					33,30% 04/2027			
8ª Emissão (CRI)	20/04/2021	200.000	200.000	17.004	33,30% 04/2028			
					50% 15/09/2025			
9ª Emissão	08/09/2021	150.000	150.000	3.559	50% 15/09/2026	Semestral	(<15%)	Cálculo: 11,33%
		1.050.000	1.000.000	34.182				

11. Arrendamento Direito de Uso:

Contratos	Controladora/consolidado			
	Até 5 anos	De 5 a 10	Acima de 10	Total
Saldo inicial 31/12/2020	2.267	37.792	8.230	48.289
AVP 31/12/2020	(106)	(5.138)	(1.316)	(6.560)
Novos contratos	6.440	–	–	6.440
Pagamentos	(825)	(5.223)	(836)	(6.884)
Realização de juros (AVP)	128	1.164	607	1.899
Baixa	(1.840)	(5.594)	–	(7.434)
Reajuste contratual	–	6.401	443	6.844
Saldo final 31/12/2021	6.064	29.402	7.128	42.594
Circulante	1.194	5.788	1.403	8.385
Não circulante	4.870	23.614	5.725	34.209
Prazos médios a incorrer	28	98	153	77
Valor médio mensal	236	347	57	640

12. Obrigações por Compra de Imóveis e Adiantamentos de Clientes:

Obrigações por compra de imóveis	Controladora			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos de clientes	145.106	2.096	1.222.090	1.053.617
Permuta física - terrenos	913	64	15.474	21.249
	12.783	–	117.959	102.571
	158.802	2.160	1.355.523	1.177.437
	92.191	2.160	554.292	370.839
	66.611	–	801.231	806.598

As parcelas circulares e não circulares têm os seguintes vencimentos:

Vencimento	Controladora			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2021	–	2.160	–	370.839
2022	92.191	–	554.292	347.647
2023	35.803	–	339.028	198.330
2024	26.168	–	279.248	156.040
2025	3.510	–	128.782	–
2026 em diante	1.130	–	54.173	104.581
	158.802	2.160	1.355.523	1.177.437

13. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Imposto de renda e contribuição social correntes:

Lucro (prejuízos) antes do IRPJ e CSLL	Controladora			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	(190.554)	201.768	(150.541)	241.577
	34%	34%	34%	34%
	(64.788)	68.602	(51.183)	82.136

Despesa estimada de IRPJ e CSLL

Empresas tributadas pelo Lucro Real	Controladora			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Exclusões	20.382	34.834	(53.485)	(35.963)
Adição (exclusão) Efeito RET/Presumido	16.397	8.708	(129.010)	(344.176)
Adição (exclusão) Equivalência Patrimonial	(139.980)	(360.715)	6.801	480
Base Tributação	(293.755)	(115.404)	(326.231)	(138.082)

Empresas tributadas pelo Lucro Presumido

Base Tributação	Controladora			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	–	–	19.584	5.980
Alíquotas média aplicada	–	–	6,73%	6,53%
Despesa com imposto corrente	–	–	(592)	(426)
Despesa com imposto diferido	–	–	(726)	35

Empresas tributadas pelo RET

Base Tributação	Controladora			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	48.091	75.573	2.329.661	2.159.688
Alíquotas aplicáveis	1,92%	1,92%	1,92%	1,92%
Despesa com imposto corrente	(999)	(1.481)	(43.637)	(36.818)
Despesa com imposto diferido	76	30	(1.093)	(4.648)
Despesa com IRPJ e CSLL do exercício	(923)	(1.451)	(46.047)	(41.857)
Alíquota Efetiva	-0,38%	-3,64%	2,28%	2,06%

b) Composição dos saldos Imposto de renda e contribuição social diferido: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

Descrição	Controladora			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos	294	369	17.251	15.656
Total	294	369	17.251	15.656

A Companhia tem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não contabilizadas a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

Descrição	Controladora			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do prejuízo fiscal e base negativa	1.250.638	1.250.638	–	957.621
Crédito fiscal (25%,9%)	315.103	113.437	428.539	239.405
Crédito fiscal não reconhecido sobre prejuízos fiscais	315.103	113.437	428.539	239.405

O saldo de prejuízos e bases negativas não foram contabilizados devido a não termos perspectiva de lucro tributável (lucro real) na Companhia e em suas controladas, a maior concentração dos empreendimentos está sob o regime especial do RET. 14. Provisões para Demandas Judiciais: 14.1 Provisões para demandas judiciais: Durante os exercícios de 31 de dezembro de 2021 e 2020, as movimentações na provisão para demandas judiciais estão sumarizadas a seguir:

Processos cíveis(a)	Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	52.719	7.470	392	60.581
Adições (Nota 20)	25.686	2.542	6.607	34.835
Baixas (Nota 20)	(20.769)	(4.314)	(246)	(25.329)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	57.636	5.698	6.753	70.087
Circulante	31.058	3.073	3.639	37.770
Não circulante	26.578	2.625	3.114	32.317
Adições (Nota 20)	28.212	1.884	6.899	36.995
Baixas (Nota 20)	(28.940)	(1.271)	(16)	(30.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	56.908	6.311	13.636	76.855
Circulante	32.052	3.380	7.667	43.099
Não circulante	24.856	2.931	5.969	33.756
Controladora	50.937	5.655	13.635	70.227

(a) São processos atribuíveis em sua maior parte projetos do legado (vícios construtivos e atraso de obras) da Companhia.

14.2 Depósitos judiciais: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas mantinham depositado em juízo no montante abaixo:

Processos cíveis	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	19.574	18.500
Processos ambientais	89	89
Processos tributários	29.130	28.857
Processos trabalhistas	2.022	2.208
	50.815	49.654
	21.562	19.127
	29.253	30.527
	48.575	47.634

14.3. Demandas judiciais com probabilidade de perda possível: A Companhia e suas controladas tem conhecimento, em 31 de dezembro de 2021, de outros processos e riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais. Com base no histórico dos processos prováveis e análise específica das causas principais, a mensuração das demandas com probabilidade de perda estimada como possível foi de R\$ 253.557 (R\$257.546 em 31 de dezembro de 2020), baseado na média histórica de acompanhamento dos processos ajustada a estimativas atuais, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas. A variação no exercício deve-se à revisão dos valores envolvidos, conforme demonstrado abaixo:

Processos cíveis (a)	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	154.556	154.655
Processos tributários (b)	84.430	85.023
Processos trabalhistas	13.905	17.000
Processos ambientais	666	868
	253.557	257.546

Construtora Tenda S.A. - CNPJ/MF: 71.476.527/0009-92 - NIRE 35.300.348.206

Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

(a) A Companhia e suas controladas tem conhecimento, em 31 de dezembro de 2021, de processos e riscos cíveis e com base no histórico dos processos prováveis e análise específica das causas principais, a mensuração das demandas com probabilidade de perda estimada como possível foi de R\$154.556, atribuídos em sua grande parte a projetos do legado (vícios construtivos e atraso de obras). (b) A Companhia havia recebido auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, no qual se discute a base de cálculo do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS para o exercício fiscal de 2010. Foi apresentada impugnação no prazo legal, a qual foi dado parcial provimento em 31 de março de 2017, pela primeira instância administrativa, para redução da multa de ofício e abatimento dos valores recolhidos a título de COFINS e de contribuição para o PIS. Da referida decisão a Companhia apresentou ao órgão competente (CARF) recurso administrativo. Em 24 de janeiro de 2019, houve a decisão do recurso, pelo qual, vale destacar os seguintes pontos: obtenção da redução da multa de ofício; abatimento dos valores recolhidos; decadência dos períodos de janeiro a setembro de 2010. Depois da decisão a probabilidade de perda desta discussão foi considerada "possível" pelos advogados responsáveis, reduzindo substancialmente o contingenciamento possível para essa causa de R\$206.933 milhões para R\$78.567 milhões. 15. Patrimônio Líquido: 15.1 Capital social: Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$1.095.829, representado por 104.344.246 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (31 de dezembro de 2020 era de R\$1.095.829 representado por 104.344.246 ações ordinárias sem valor nominal).

Capital social subscrito 1.095.829
 (–) Gastos com emissão de ações (318)
 Capital social em 31 de dezembro 2021 1.095.511

15.2 Benefícios a empregados: a) Programa de opção de compra de ações: A Companhia possui cinco programas de opção de compra de ações ordinárias, lançado desde 2014 que seguem as regras estabelecidas no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. As opções outorgadas conferem aos seus titulares (administradores e empregados indicados pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração) o direito de adquirir ações ordinárias no capital social da Companhia, após períodos que variam entre três e dez anos de permanência no quadro da Companhia (condição essencial para o exercício da opção), e expiram após o período de dez anos da data da outorga. O valor justo das opções é estabelecido na data de outorga, sendo que o mesmo é reconhecido como despesa no resultado (em contrapartida ao patrimônio líquido) durante o período de carência do programa, à medida em que os serviços são prestados pelos empregados e administradores. As movimentações das opções em circulação nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as quais incluem seus respectivos preços médios ponderados de exercício, estão apresentadas a seguir:

Opção em circulação no início do exercício	31/12/2021		31/12/2020	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício (Reais)	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício (Reais)
	6.284.110	3,28	7.478.114	3,28
Opções exercidas	(141.949)	5,46	(1.194.004)	5,47
Opções em circulação no final do exercício	6.142.161	3,28	6.284.110	3,28

O valor justo das opções outorgadas em 2014 a 2017 foi estimado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido considerado nas seguintes premissas:

Data da outorga	Preço de exercício	Média ponderada	Volatilidade esperada (%) (*)	Prazo de vida esperado das opções (anos)	Taxa de juros livre de risco (%) (**)
11/08/2014	6,63	6,52	31,02%	–	11,66% a 11,81%
09/05/2016	6,86	6,83	26,70%	0,06 anos	12,67% a 12,77%
10/04/2017	8,13	8,13	24,65%	0,60 anos	9,69% a 10,07%

(*) A volatilidade foi determinada com base na observação histórica do Índice BM&FBOVESPA Imobiliário (IMOBX).

(**) A taxa de juros livre de risco de mercado para o prazo da opção no momento da concessão.

Número de opções	Opções em circulação		Opções exercíveis	
	Média ponderada da vida contratual remanescente (anos)	Média ponderada do preço do exercício (R\$)	Número de opções	Média ponderada do preço do exercício (R\$)
6.142.161	0,12	3,28	6.009.149	2,63

O total de despesas registradas no exercícios findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$97 (R\$236 em 31 de dezembro de 2020) que estão apresentadas na Nota 20. b) Plano de opções de compra de ações restritas: Em 08 de agosto de 2018 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o plano de opções de compras restritas, que tem por objetivos: i) estimular a expansão, o êxito e a consecução das diretrizes sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; ii) alinhar os interesses dos beneficiários com os dos acionistas; e iii) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle. As ações restritas outorgadas do Plano conferem aos seus titulares (administradores, conselheiros e empregados indicados pela diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração) o direito a ações ordinárias no capital social da Companhia, após período de 2 a 3 anos. Para os administradores e empregados às quantidades outorgadas dependerão das metas atingidas estabelecidas pelo Conselho e podem variar de 0% a 150%. O Plano tem duração de 10 anos e será dividido em Programas, sendo limitados ao máximo de opções que resulte em uma diluição de até 5% do capital social da Companhia.

Programas	Data da Outorga	Quantidades Outorgadas
Programa 2019	09/04/2019	914.100
Programa 2020	01/06/2020	442.306
Programa 2021	12/05/2021	715.515

O valor justo das opções é estabelecido na data de outorga, sendo que o mesmo é reconhecido como despesa no resultado (em contrapartida ao patrimônio líquido) durante o período de carência do programa, à medida que os serviços são prestados pelos empregados, conselheiros e administradores.

Opção em circulação no início do exercício	31/12/20	
--	----------	--

☆ continuação

Construtora Tenda S.A. - CNPJ/MF: 71.476.527/0009-92 - NIRE 35.300.348.206**Diretoria**

Rodrigo Osmo - CEO
Marcos Antonio Pinheiro Filho - CFO e DRI
Renan Barbosa Sanches - COO

Fabrizio Quesiti Arrivabene - Diretor Operacional
Luís Gustavo Scarsolo Martini - Diretor Operacional
Sidney Ostrowski - Diretor Operacional

Daniela Ferrari Toscano de Brito - Diretor Operacional
Alexandre Millen Grzegorzewski - Diretor Operacional
Rodrigo Fernandes Hissa - Diretor Operacional

Vinicius Faraj - Diretor Operacional
Cristina Caresia Marques - Diretora de RH
Alexandre Boffoni Simões de Faria - Diretor Operacional

Luciano do Amaral - Diretor Operacional
Andre Luiz Massote Monteiro - Diretor Operacional
Welliton Luiz Costa Junior - Diretor Operacional

Conselho Administrativo

Cláudio José Carvalho de Andrade - Presidente do Conselho de Administração
Antoaldo Grangeon Trancoso Neve - Membro do Conselho de Administração
Flavio Uchôa Teles de Menezes - Vice-Presidente do Conselho de Administração
Mario Mello Freire Neto - Membro do Conselho de Administração

Maurício Luis Luchetti - Membro do Conselho de Administração
Michele Corrochato Robert - Membro do Conselho de Administração
Rodolpho Amboss - Membro do Conselho de Administração

Contadora

Renata Ferreira de Carvalho
 CRC 1SP 217287/O-8

Declaração do Conselho Fiscal - Exercício Social 2021

Os membros do Conselho Fiscal, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, manifestaram-se favoravelmente e sem ressalvas pela aprovação, em assembleia geral ordinária de acionistas, dos documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a saber: Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes. O Parecer do Conselho Fiscal foi assinado por: Flavio Uchôa Teles de Menezes, Mario Mello Freire Neto e Claudio José Carvalho de Andrade.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e à Diretoria da Construtora Tenda S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Construtora Tenda S.A. e Controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Construtora Tenda S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Imobiliários - CVM. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Construtora Tenda S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Imobiliários - CVM. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** *Práticas contábeis aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil:* Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, segue o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18 sobre a aplicação da norma brasileira NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receitas:** A Companhia reconhece a receita com venda de imóveis durante a execução das obras como previsto no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/18, conforme descrito na nota explicativa nº 2.4.4 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os procedimentos utilizados pela Companhia envolvem o uso de estimativas para o cálculo da apropriação imobiliária, por exemplo, prever os custos a serem incorridos até o final das obras e medição da evolução destas. Consequentemente, o assunto foi foco de nossa auditoria devido ao risco de tais estimativas relacionadas ao custo orçado utilizarem pressupostos subjetivos que podem ou não se concretizar, bem como pela relevância dos valores envolvidos. Desta forma, identificamos o processo e as atividades de controles desenhadas e implementados pela Companhia e efetuamos procedimentos de auditoria, que incluem: (i) obtenção de estimativas do custo a incorrer aprovadas pelo Departamento de Engenharia e pelo Comitê estabelecido pela Companhia com tal propósito; (ii) projeções analíticas de custos orçados para os empreendimentos em construção no exercício, com base em informações históricas de custos efetivamente incorridos oriundos de empreendimentos já finalizados; (iii) testes, em base amostral, na documentação existente, com o objetivo de avaliar a razoabilidade e integridade das estimativas de custo aprovadas para os empreendimentos; (iv) revisões analíticas sobre as estimativas de custos incorridos e a incorrer; e (v) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras. No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas ao ambiente de tecnologia, que nos levaram a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e

consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
 CRC nº 2 SP 011609/O-8
Alexandre Cassini Decourt
 Contador - CRC nº 1 SP 276957/O-4

Deloitte

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadori.estadao.com.br/publicacoes/>